



CÂMARA DOS DEPUTADOS

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÕES Nº DE 2013

(Dos Srs. Carlos Sampaio, Otávio Leite e Sra. Andréia Zito)

Requer sejam prestadas informações pelo Senhor Ministro das Cidades, Sr. Aguinaldo Ribeiro, sobre a execução orçamentária e financeira das ações compreendidas pelos Programas de Prevenção e Preparação para Desastres, de Respostas aos Desastres e Reconstrução e de Gestão de Riscos e Respostas a Desastres.

Senhor Presidente:

Com fundamento no art. 50, § 2º da Constituição Federal e nos arts. 24, inciso V, e 115, inciso I, do Regimento Interno desta Casa, solicitamos a Vossa Excelência sejam requeridas informações ao Sr. Ministro das Cidades, Sr. Aguinaldo Ribeiro, sobre a execução orçamentária e financeira das ações compreendidas pelos Programas de Prevenção e Preparação para Desastres, de Respostas aos Desastres e Reconstrução e de Gestão de Riscos e Respostas a Desastres.

A respeito do tema, solicita-se as seguintes informações:

1) Além dos dados referentes à execução orçamentária e financeira das ações compreendidas pelos Programas de Prevenção e Preparação para Desastres, de Respostas aos Desastres e Reconstrução e de Gestão de Riscos e Respostas a Desastres do exercício de 2012, solicita-se as devidas justificativas das causas do baixo desempenho na execução dos referidos Programas por estados da federação, bem como dos municípios mapeados como sendo de áreas de risco. De acordo com a mensagem da presidente Dilma



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Rousseff ao Congresso, 290 municípios já foram mapeados, de um total de 821.

2) Solicita-se, ademais, cópia em papel e em meio magnético do inteiro teor dos documentos utilizados para os pagamentos de todas as despesas efetuadas nos programas a que se refere a pergunta 1.

JUSTIFICAÇÃO

A Constituição Federal, em seu art. 49, inciso X, prevê a competência do Congresso Nacional para “fiscalizar e controlar, diretamente, ou por qualquer de suas Casas, os atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta”.

O jornal Folha de São Paulo, em sua edição de 20/mar/2013 publicou:

País só gastou um terço da verba destinada a desastres em 2012

Burocracia no repasse e elaboração de projetos impediu uso de 67% da verba federal para chuvas

Dilma diz que é preciso dar condições para as "pessoas saírem", mas casas em Petrópolis não foram concluídas

DE BRASÍLIA DO RIO DO ENVIADO ESPECIAL A PETRÓPOLIS

Mesmo com mais dinheiro disponível para a prevenção e resposta a tragédias relacionadas à chuva, o Brasil segue com dificuldade para executar essas tarefas.

Só um terço da verba federal reservada para esse objetivo foi gasto ano passado, situação causada principalmente por entraves burocráticos com Estados e municípios no repasse dos recursos e elaboração de projetos.

Estão retidos nos cofres recursos destinados diretamente para Petrópolis (RJ), onde o número de mortos após temporais subiu para 27.

Essas verbas foram anunciadas em 2011, quando as chuvas mataram mais de 900 pessoas na região serrana do Rio -71 em Petrópolis.

Segundo balanço do governo do Rio, apenas quatro obras de contenção de encostas na cidade foram entregues, no valor de R\$ 4,7 milhões.

Investimentos de R\$ 66,6 milhões -que incluem verba de origem federal- aguardam a conclusão de licitações ou a elaboração de projetos.

Em todo o país, dos R\$ 5,7 bilhões autorizados para programas relacionados a desastres, só R\$ 1,9 bilhão (33%) foi pago em 2012.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

A verba estava reservada para tirar do papel obras preventivas como construção de barragens e sistemas de contenção de cheias, além de mapeamento de áreas de risco.

Em números absolutos, o volume total de recursos liberado no ano passado aumentou 52,5% ante 2011.

Mas, como proporção dos recursos disponíveis, o dinheiro efetivamente gasto foi o mais baixo desde 2008.

DILMA

Em Roma, onde participou da missa de abertura do pontificado do papa Francisco, a presidente Dilma defendeu ações "drásticas" para remoções em locais de risco. E disse: "Temos de oferecer condições para elas saírem."

Nenhuma casa popular prevista para receber os atingidos pelas chuvas de 2011, porém, foi concluída.

O governo federal compartilha com Estados e municípios a dificuldade de usar o dinheiro reservado no orçamento para este fim.

Cabem aos governadores e prefeitos apresentarem projetos específicos que precisam ser analisados e aprovados antes de os recursos serem aprovados.

É nessa etapa, em boa parte dos casos, que os recursos ficam represados.

Ontem, novas promessas de liberação de recursos foram feitas. O ministro Fernando Bezerra (Integração Nacional) afirmou que o governo vai destinar novas verbas emergenciais a Petrópolis.

O vice-governador do Rio, Luiz Fernando Pezão, disse que o Estado vai repassar R\$ 3 milhões ao município hoje.

Em Petrópolis, não só a falta de verbas contribuiu para as mortes. Moradores das áreas atingidas não respeitaram o sistema de alerta instalado nos locais, uma das iniciativas que efetivamente saíram do papel. (FERNANDA ODILLA, ITALO NOGUEIRA e LUCAS VETTORAZZO)".

O Jornal O Globo de 20/03/2013 publicou:

Sobe para 27 o número de mortes decorrentes da chuva em Petrópolis

Mortos chegam a 27

Do total de vítimas em Petrópolis, 12 são menores. Cidade já tem 1.463 sem teto

Diego Barreto, Sérgio Ramalho e Selma Schmidt

Desorientado e envolto em cerca de 30 metros de corda, o jardineiro José Ventura Fernandes, de 42 anos, caminhava ontem pela manhã numa busca incessante para tentar localizar os corpos dos sobrinhos Nicolás e Letícia, de 8 e 4, de seu irmão Pedro, de 45, e da mulher dele, Cristina Malter. A família desaparecida vivia às margens do rio que corta a Favela Boca do Mato, no bairro Quitandinha, em Petrópolis. No último levantamento divulgado à noite pela prefeitura, dos 27 mortos na enxurrada que atingiu a cidade na noite de domingo e na madrugada de segunda-feira, dez eram crianças e dois eram adolescentes. Somente ontem, dos dez mortos encontrados, seis eram menores. A estimativa do comandante-geral do Corpo de Bombeiros, coronel Sérgio Simões, é que ainda haja entre quatro e oito



CÂMARA DOS DEPUTADOS

desaparecidos. E a prefeitura de Petrópolis contabiliza 1.463 desabrigados e desalojados.

José tinha os olhos vermelhos. Estava sem dormir desde segunda-feira, quando soube que a casa onde Pedro vivia com a família fora arrastada por um deslizamento de terra. Ele não conseguia lembrar os sobrinhos sem chorar.

- O menino era muito apegado à gente - disse David, outro irmão de Ventura, que também ajudava nas buscas. - Foi uma desgraça.

O 27º corpo foi encontrado ontem à noite. Simões contou que um homem parou o carro para socorrer vítimas na localidade de Lopes Trovão e foi soterrado.

Retirada de pessoas de áreas de risco ficou à míngua por 2 anos

Em Petrópolis, nenhuma casa popular foi construída desde 2009

Carla Rocha

O descaso com vidas humanas perdidas em enchentes na Região Serrana pode ser traduzido em números sombrios. Dados do Sistema de Acompanhamento Financeiro do Estado (Siafem) obtidos pelo GLOBO revelam que, no ano passado, o programa de reassentamento de pessoas de áreas de risco, que tinha uma dotação orçamentária de R\$ 112,8 milhões, chegou ao fim do ano com apenas R\$ 2,2 milhões gastos. Mesmo seguindo a lógica perversa de que em anos de tragédia costuma-se retirar de gavetas empoeiradas projetos nunca realizados, a situação não é diferente. Prova disso é que, em 2011, quando as chuvas provocaram a morte de mais de 900 pessoas na região, o investimento no programa, que começou com previsão de R\$ 209,1 milhões, foi zero.

nenhuma casa em Petrópolis

Nos últimos quatro anos, Petrópolis, que tem cerca de 18 mil pessoas morando em situação de perigo - e acordando sobressaltadas de madrugada com sirenes anunciando mais um temporal -, não viu ser erguida uma única casa. Em Friburgo, serão finalizadas até maio, de acordo com a prefeitura, 1.800 unidades habitacionais em Conselheiro Paulino, com recursos do Minha Casa Minha Vida repassados pelo estado. A prefeitura de Teresópolis informou que o vice-governador Luiz Fernando Pezão prometeu, em fevereiro, iniciar a construção de 1.600 casas no mês que vem.

Presidente da CPI da Serra, que apurou desvio da verbas após as chuvas de 2011, o deputado Luiz Paulo Corrêa da Rocha (PSDB) observa que programas de reassentamento são mais realistas e menos dispendiosos do que só investir - quando se investe - em contenção de encostas, obras muitas vezes complexas e caras.

- Não há políticas sistemáticas de retirar pessoas da área de risco e colocar em habitações seguras. Isso tanto no governo do estado quanto nas prefeituras. A contenção de encostas pode ser muito cara. Pode-se investir fortunas nessas obras e não resolver o problema como um todo. A política de habitação é fundamental - diz Luiz Paulo.

Estado: programa cancelado



CÂMARA DOS DEPUTADOS

O prefeito de Petrópolis, Rubens Bontempo, admite não só a falta de investimentos mas problemas de gestão dos recursos:

- Em 2009, por exemplo, teve início um projeto do PAC no Alto Independência. Quando chegou em 2011, dois anos depois, não sei o que aconteceu, perderam alguns prazos. Consequentemente, o convênio. O estado recuperou os recursos. Hoje, estou reivindicando, de novo, a gestão do projeto pelo município. Nós não podemos continuar com o pires na mão.

O dinheiro de Petrópolis é curto. Este ano, a previsão de investimento é de 3% da receita líquida, cerca de R\$ 15 milhões. A Secretaria estadual de Obras justificou que os valores do plano de contenção perderam o lastro financeiro porque a União decidiu fazer os repasses diretamente pelo Minha Casa Minha Vida. O estado estaria arcando com a parte de infraestrutura. Ontem, depois de O GLOBO ter revelado que um plano de R\$ 60 milhões para encostas da região estava parado desde 2012, Pezão anunciou que está transferindo a gestão do projeto para Petrópolis.”

Observação: O portal G1 atualizou às 15h16 para 28 o número de mortes.

É fundamental que esta Casa obtenha o detalhamento do repasse a Estados e Municípios dos recursos orçamentários para prevenção a desastres, que são fundamentais ao entendimento das razões da baixa execução desses programas, para que esta Casa possa cumprir suas atribuições constitucionais.

De acordo com dados extraídos do SIAFI pela Assessoria de Orçamento da Liderança do PSDB, dos R\$ 5,7 bilhões autorizados em 2012 para os programas de Prevenção e Preparação de Desastres, Respostas aos Desastres e Reconstrução e Gestão de Riscos e Respostas a Desastres, apenas 27% ou R\$ 1,5 bilhão foram efetivamente pagos.

Essa triste rotina precisa ser quebrada: as tragédias se repetem, pessoas morrem, famílias perdem tudo. E um ano depois descobre-se que os recursos anunciados não foram repassados.

Na mensagem ao Congresso Nacional em 2011, a Presidente Dilma Rousseff se comprometeu a investir em prevenção: “no Brasil, não podemos – e não iremos – esperar o próximo ano, as próximas chuvas para chorar as próximas vítimas”, afirmou a presidente.

Na mensagem do ano seguinte, 2012, afirmou que o governo iria “avançar na implementação de projetos estruturantes, que equacionem o risco em áreas que, no



CÂMARA DOS DEPUTADOS

passado recente, têm sido as mais afetadas pelos desastres naturais”. Neste ano, 2013, a Presidente afirmou na Mensagem ao Congresso Nacional que reforçou “muito a capacidade de resposta à ocorrência de desastres naturais”.

Conclui-se que a baixa capacidade de execução dos programas governamentais e as mortes ocorridas por conta das tragédias, como as 28 em Petrópolis nesta semana, comprovam que o discurso da presidente Dilma está bem distante da realidade.

Por essas razões, solicitamos a Vossa Excelência que se digne a solicitar as informações acima referidas, a fim que esta Casa de Leis possa desempenhar seu papel constitucional.

Sala das Sessões, 20 de março de 2013.

Deputado **CARLOS SAMPAIO**
Líder do PSDB na Câmara dos Deputados

Deputado **OTÁVIO LEITE**
PSDB/RJ

Deputado **ANDRÉIA ZITO**
PSDB/RJ